

FOUCAULT E A COMUNICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES E DESLOCAMENTOS

FOUCAULT AND COMMUNICATION: CONTRIBUTIONS AND SHIFTS

FOUCAULT Y LA COMUNICACIÓN: CONTRIBUCIONES Y DESPLAZAMIENTOS

Adriano Charles Silva Cruz ¹
adriano.cruz@ufrn.br

RESUMO

O artigo discute as contribuições de Michel Foucault para a Comunicação, mobilizando conceitos como discurso, arquivo, dispositivo e governamentalidade para compreender as dinâmicas midiáticas contemporâneas. Para isso, em um recorte não exaustivo, revisita os principais autores que incorporaram tais noções aos estudos comunicacionais. Em seguida, atualiza essas discussões diante da plataformização, dos algoritmos e do *big data*. Argumenta-se que as mídias operam como dispositivos que organizam o visível, regulam a circulação dos discursos e produzem subjetividades. Por fim, discute a governamentalidade algorítmica, evidenciando mecanismos de modulação das condutas e possibilidades de resistência no ambiente digital.

Palavras-chave: Discurso. Dispositivo. Mídias digitais.

¹ Professor Associado na graduação e na pós-graduação do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

ABSTRACT

This article discusses Michel Foucault's contributions to the field of Communication, mobilizing concepts such as discourse, archive, *dispositif*, and governmentality to understand contemporary media dynamics. To this end, through a non-exhaustive theoretical review, it revisits the main authors who have incorporated these notions into communication studies. It then updates these discussions in response to platformization, algorithms, and big data. The article argues that media operate as *dispositifs* that organize visibility, regulate the circulation of discourse, and produce subjectivities. Finally, it discusses algorithmic governmentality, highlighting mechanisms of behavioral modulation and possibilities of resistance in digital environments.

Key words: Discourse. *Dispositif*. Digital media.

RESUMEN

El artículo discute las contribuciones de Michel Foucault al campo de la Comunicación, movilizandando conceptos como discurso, archivo, dispositivo y gubernamentalidad para comprender las dinámicas mediáticas contemporáneas. Para ello, a partir de un recorte teórico no exhaustivo, revisa los principales autores que incorporaron estas nociones a los estudios de la comunicación. A continuación, actualiza estas discusiones frente a la plataformaización, los algoritmos y el *big data*. Se sostiene que los medios operan como dispositivos que organizan lo visible, regulan la circulación de los discursos y producen subjetividades. Finalmente, analiza la gubernamentalidad algorítmica, destacando mecanismos de modulación de las conductas y posibilidades de resistencia en el entorno digital.

Palabras clave: Discurso. Dispositivo. Medios digitales.

1 INTRODUÇÃO

Celebrar o centenário de Michel Foucault (1926–1984) implica reconhecer a atualidade de um pensamento que continua a tensionar as formas pelas quais compreendemos as relações entre discurso, poder e subjetivação. Longe de se restringir a um autor circunscrito ao século XX, Foucault permanece como um operador teórico fundamental para pensar o presente, especialmente em contextos marcados pela intensificação das mediações sociotécnicas, pela circulação massiva de discursos midiáticos e pela reorganização das formas de visibilidade das imagens técnicas e simuladas por Inteligência Artificial. Nesse horizonte, suas contribuições se ancoram na compreensão da linguagem, em sua dimensão discursiva, como instância constitutiva das práticas sociais, por meio da qual se produzem saberes, se exercem relações de poder e se configuram modos de subjetivação.

No “capitalismo da informação” (Han, 2022), vivenciamos transformações profundas nos modos de comunicação, entre as quais se destacam a digitalização dos processos sociais, a plataformação das interações e a centralidade das práticas de visibilidade nas plataformas sociais digitais². Tais mutações não se limitam a mudanças técnicas, mas implicam reconfigurações nas formas de produção e circulação dos sentidos. Nesse contexto, as mídias podem ser compreendidas como formas de linguagem, isto é, como mediações discursivas que organizam o visível e o dizível, delimitando zonas de luminosidade e opacidade, instituindo regimes de inteligibilidade e modos de existência socialmente compartilhados.

A trajetória intelectual de Foucault pode ser compreendida, como recorte didático, a partir de três grandes momentos analíticos, frequentemente identificados como arqueologia, genealogia e ética, ou hermenêutica do sujeito. No primeiro, o filósofo se dedica à análise das condições de possibilidade dos saberes, investigando como se constituem os discursos e os regimes de enunciabilidade em diferentes formações

² Observa-se a crescente centralização do poder comunicacional em grandes corporações tecnológicas que operam como infraestruturas globais de mediação. Atualmente, empresas como *Amazon*, *Microsoft*, *Alphabet*, *Apple* e *Meta*, nos Estados Unidos, e *Tencent* e *Alibaba*, na China, figuram entre os principais atores econômicos do século XXI, concentrando não apenas capital, mas também o controle sobre dados, algoritmos e fluxos informacionais em escala planetária (Murphy & Schiffrin, 2025).

históricas. No segundo, desloca o foco para as relações de poder, concebidas não como instâncias centralizadas, mas como redes capilares que atravessam práticas, instituições e corpos. Por fim, em sua última fase, volta-se para os processos de subjetivação, examinando as práticas pelas quais os indivíduos se constituem como sujeitos em relação a si mesmos e aos regimes de verdade, em um movimento que revela o caráter instável e historicamente situado dessas formas de existência.

Mais do que fases estanques, esses movimentos compõem um gesto analítico contínuo, frequentemente designado como arqueogenealogia, no qual a análise dos discursos se articula às dinâmicas do poder e às formas de constituição do sujeito. Trata-se de uma perspectiva que recusa explicações totalizantes e essencialistas, privilegiando a historicidade, a contingência e a materialidade das práticas discursivas e não discursivas.

No campo dos estudos comunicacionais, trabalhos como o de Ferraz (2005) constituem referências importantes na aproximação entre o pensamento foucaultiano e esse domínio de conhecimento. Ao destacar a fertilidade dessa interlocução, a autora contribui para deslocar a análise midiática de uma abordagem centrada nos conteúdos para uma perspectiva voltada às relações entre discurso, poder e constituição do sujeito. Sua leitura, fortemente ancorada na influência nietzschiana sobre Foucault, enfatiza a historicidade dos sentidos, a dimensão produtiva do poder e a crítica à ideia de um sujeito soberano, abrindo fissuras interpretativas que permitem reconfigurar os modos de leitura das práticas midiáticas.

Tal perspectiva permite-nos tensionar certas abordagens totalizantes da comunicação que, ao privilegiarem estruturas macroexplicativas e lógicas de dominação relativamente unívocas, tendem a reificar tanto o poder da mídia quanto os lugares de emissão e recepção. Em vez de um modelo centrado na assimetria fixa entre emissores e receptores, o que se delineia, a partir dessa leitura, é uma rede dinâmica de forças em que o poder circula, se reconfigura e se exerce de forma capilar, inclusive nos próprios processos de produção e recepção midiática, como um jogo estratégico de agenciamento das audiências e emissores.

Marcondes Filho (2007), por sua vez, ao mesmo tempo em que dialoga com o pensamento foucaultiano, inscreve-se como uma de suas leituras críticas. Ao

compreender a comunicação não como simples transmissão de mensagens, mas como “acontecimento”, o autor desloca o foco para a emergência, a circulação e os efeitos dos enunciados em articulação com dimensões técnicas, sociais e políticas. Nesse movimento, embora reconheça a pertinência da abordagem foucaultiana, explicita seus limites quando aplicada ao fenômeno comunicacional, tensionando leituras que restringem a análise ao plano das formações discursivas e indicando a necessidade de considerar a heterogeneidade constitutiva do acontecimento comunicacional.

Tucherman (2005) propõe uma atualização do pensamento foucaultiano ao sugerir a passagem de um dispositivo de vigilância, característico da modernidade disciplinar, para um dispositivo de exposição da intimidade³, no qual os sujeitos passam a se constituir não apenas pela interiorização das normas, mas pela visibilidade e pela exibição de si nos meios de comunicação, da performance da rotina cotidiana à exibição do corpo, das relações, do consumo e das emoções em plataformas como o *TikTok* e o *Instagram*.

Braga (2012) critica certa leitura do conceito de “dispositivo” como algo fixo ou apenas técnico, destacando que ele deve ser entendido como um processo em constante construção, marcado por estratégias e mudanças. Por isso, propõe a noção de “arranjos disposicionais”, que enfatiza as relações, as interações e as situações concretas em que diferentes atores se articulam diante de problemas e urgências. Nesse sentido, a comunicação não é um efeito secundário de estruturas prontas, mas parte central desses processos, sendo o meio pelo qual se negociam diferenças, se enfrentam conflitos e se constroem soluções sempre provisórias.

É nesse horizonte que se insere o presente artigo. Partindo das contribuições de Michel Foucault e de seus desdobramentos no campo da Comunicação, propomos, inicialmente, revisitar alguns de seus principais conceitos, evidenciando sua pertinência para a análise das práticas midiáticas. Em vez de um levantamento exaustivo, este texto mobiliza autores e textos que se tornaram referenciais na incorporação do pensamento

³ Dados empíricos reforçam essa dinâmica de produção da intimidade como prática mediada pela visibilidade. Pesquisa do Indicador de Confiança Digital (FGV) aponta que 41% dos jovens brasileiros associam o uso de redes sociais a sentimentos de tristeza, ansiedade ou depressão, em um contexto marcado por comparações constantes e pela pressão de corresponder a padrões idealizados. Além disso, reportagens recentes indicam que a exposição de uma “vida perfeita” nas plataformas digitais opera como um ciclo de retroalimentação, no qual os sujeitos passam a produzir versões idealizadas de si ao mesmo tempo em que internalizam expectativas de reconhecimento e validação social (TERRA, 2024).

foucaultiano à Comunicação (Braga, 2018; Ferraz, 2005; Marcondes Filho, 2007; Tucherman, 2005), operando um recorte orientado por sua relevância teórica e histórica.

Em seguida, buscamos avançar nessa discussão ao refletir sobre as potencialidades do pensamento foucaultiano para compreender as mídias digitais como dispositivos estratégicos na produção de sentidos, na organização do visível e na constituição dos sujeitos.

Se, por um lado, esses autores já apontaram a necessidade de compreender a comunicação como processo, acontecimento e prática social, por outro, torna-se necessário atualizar essa discussão à luz das dinâmicas contemporâneas. Nesse sentido, propomos incorporar à análise foucaultiana questões relativas ao arquivo digital, à capilaridade do poder nas plataformas e à governamentalidade algorítmica, compreendendo os sistemas digitais como instâncias socioeconômicas e discursivas que participam ativamente da condução das condutas, da modulação da visibilidade e da produção de regimes de verdade. Tais regimes correspondem aos sistemas históricos que definem as condições sob as quais determinados discursos são reconhecidos como verdadeiros, articulando práticas discursivas, instituições, saberes e relações de poder. O objetivo, assim, é compreender de que modo os conceitos foucaultianos permitem analisar as dinâmicas contemporâneas de visibilidade e os regimes de verdade nas plataformas digitais.

A metáfora da “caixa de ferramentas” proposta por Foucault (2006) orienta o gesto teórico deste artigo. Em vez de uma síntese totalizante, mobilizam-se conceitos como dispositivo, arquivo e governamentalidade como operadores analíticos para interrogar as relações entre discurso, técnica e subjetivação em contextos marcados pela midiatização e pela “governamentalidade algorítmica” (Rouvroy; Berns, 2015).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Discurso, poder e governamentalidade

A obra de Michel Foucault constitui uma das inflexões mais decisivas do pensamento contemporâneo para a compreensão das relações entre sujeito, poder e produção de saberes. Ao deslocar o foco da linguagem concebida como sistema para o

discurso, entendido como prática, o autor inaugura uma perspectiva que permite apreender os processos de significação não como reflexos da realidade, mas como condições históricas de sua própria produção.

Segundo Foucault (2008), o discurso é concebido como um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma “formação discursiva”, isto é, em um sistema de regras que define o que pode ser dito em determinado tempo e espaço. Trata-se, portanto, de uma prática historicamente situada, atravessada por relações de força.

[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008, p. 54 - 55, grifos nossos).

Esse deslocamento implica uma mudança no modo de abordar as práticas discursivas: em vez de analisá-las por sua estrutura linguística ou função comunicativa, Foucault (2001) propõe interrogá-las como acontecimentos, deslocando a análise para as condições de existência e emergência dos enunciados, bem como para sua articulação com outros acontecimentos discursivos e não discursivos:

O que analiso no discurso não é o sistema de sua língua, nem, de modo geral, as regras formais de sua construção; pois não me preocupo em saber o que o torna legítimo, ou lhe confere inteligibilidade e lhe permite funcionar na comunicação. A questão que coloco não é a dos códigos, mas a dos acontecimentos: a lei de existência dos enunciados, aquilo que os tornou possíveis — eles e nenhum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não⁴ (Foucault, 2001, p. 709, tradução nossa).

⁴ No original: “Ce que j’analyse dans le discours, ce n’est pas le système de sa langue, ni, d’une façon générale, les règles formelles de sa construction ; car je ne me soucie pas de savoir ce qui le rend légitime, ou lui donne son intelligibilité, et lui permet de servir dans la communication. La question que je pose, c’est celle, non des codes, mais des événements : la loi d’existence des énoncés, ce qui les a rendus possibles — eux et aucun autre à leur place ; les conditions de leur émergence singulière ; leur corrélation avec d’autres événements antérieurs ou simultanés, discursifs ou non”.

Trata-se de investigar não apenas o que os discursos dizem, mas como emergem, se articulam e produzem efeitos em determinados momentos históricos, como acontecimentos singulares inscritos em redes de relações. Essa concepção permite compreender as mídias como práticas discursivas: o jornalismo, a publicidade, o cinema e as redes sociais digitais operam como mediações que organizam o visível e o dizível, bem como os silenciamentos e as invisibilidades.

Nesse contexto, o conceito de enunciado ocupa um lugar central. Diferentemente da frase ou da proposição, o enunciado não se define por suas propriedades gramaticais, mas por sua função no interior de uma rede discursiva. Foucault (2008, p. 98) afirma que “o enunciado não é, pois, uma estrutura”, mas uma função que articula dizeres, posições de sujeito, materialidades e condições históricas específicas. Não por acaso, “a função enunciativa não pode se exercer sem a existência de um domínio associado” (Foucault, 2008, p. 109).

Essa perspectiva implica também a recusa da ideia de um sujeito originário e soberano. Como afirma Foucault, “o discurso não é o lugar de irrupção da subjetividade pura: é um espaço de posição e de funcionamento diferenciados para os sujeitos.” (Foucault, 2001, p. 708, tradução nossa)⁵. O sujeito não precede o discurso, mas é constituído por ele, sendo efeito das práticas discursivas e das relações de poder que as atravessam.

No âmbito das mídias, esse deslocamento permite compreender que os sujeitos não apenas consomem discursos, mas são continuamente posicionados por eles, em arranjos que organizam o que pode ser visto, dito e reconhecido como verdadeiro.

Nessa direção, Foucault (2008) compreende o “arquivo” como o sistema que regula o aparecimento dos enunciados e organiza sua formação, estabelecendo as condições sob as quais algo pode emergir como discurso em determinado momento histórico. Trata-se, portanto, de um princípio que delimita o campo do dizível e regula as condições de emergência e articulação dos enunciados. Como afirma o autor:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o

⁵ “Le discours n’est pas le lieu d’irruption de la subjectivité pure : c’est un espace de position et de fonctionnement différenciés pour les sujets”.

arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa [...] É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (Foucault, 2008, p. 147-148).

Assim, o arquivo organiza a dispersão dos enunciados, evitando tanto sua acumulação caótica quanto sua mera sucessão linear. Ao introduzir relações, regularidades e limites, ele torna possível a inteligibilidade dos discursos, ao mesmo tempo em que circunscreve o campo do que pode emergir como enunciável em uma formação histórica específica.

A dimensão do poder é inseparável da análise foucaultiana, não como instância externa ao discurso, mas como algo que se exerce em sua própria produção e circulação. Nesse sentido, a noção de “ordem do discurso” explicita os mecanismos de seleção, controle e exclusão que regulam a produção discursiva. “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault, 1996, p. 8).

Assim, “arquivo” e “ordem do discurso” articulam condições de possibilidade e mecanismos de regulação, permitindo compreender o discurso como prática histórica atravessada por relações de poder e produtora de efeitos de verdade.

No contexto das mídias digitais, essas “ferramentas analíticas” permitem compreender como determinados discursos são tornados visíveis, reiterados ou marginalizados, a partir de lógicas de circulação e tratamento de dados, envolvendo infraestruturas de *big data*, sistemas algorítmicos e, mais recentemente, aplicações de inteligência artificial.

A partir desse ponto, a noção de governamentalidade, desenvolvida por Michel Foucault a partir do final da década de 1970, introduz um deslocamento decisivo, ao compreender o poder como condução das condutas. Governar implica dirigir ações tanto no plano institucional quanto nas práticas pelas quais os sujeitos se relacionam consigo mesmos, articulando poder, saber e subjetividade (Foucault, 2008a).

Além disso, a governamentalidade permite compreender diferentes racionalidades políticas, como o liberalismo e o neoliberalismo, como formas de condução da vida social e individual. Foucault (2010; 2014) mostra que governar os outros e governar a si mesmo são dimensões indissociáveis, articulando poder e subjetividade.

Nesse horizonte, os processos de subjetivação tornam-se centrais, evidenciando que os sujeitos são produzidos por práticas históricas e, ao mesmo tempo, participam de sua própria constituição por meio das chamadas “técnicas de si” (Foucault, 2006). É nesse ponto que o conceito de dispositivo ganha densidade analítica, ao integrar esses diferentes níveis.

O dispositivo designa um conjunto heterogêneo de elementos, discursivos e não discursivos, articulados em rede, envolvendo instituições, normas, saberes, práticas e formas de visibilidade. Como afirma Foucault, “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 2012, p. 364). Trata-se de uma configuração dinâmica e estratégica, que responde a determinadas urgências históricas e organiza relações de poder.

Ao longo da obra foucaultiana, os dispositivos aparecem em diferentes formas: o disciplinar, que organiza os corpos em instituições como escola e prisão; o panoptismo, que induz à autovigilância; o da sexualidade, que produz saberes sobre o corpo e o desejo; os dispositivos de segurança, voltados à gestão das populações; e a confissão, que incita os sujeitos a dizerem a verdade sobre si. Esses exemplos mostram que os dispositivos são redes de práticas e saberes que organizam a vida social e produzem modos de pensar, agir e existir.

Assim, a articulação entre discurso, enunciado, arquivo, ordem do discurso, governamentalidade e dispositivo oferece aos estudos comunicacionais um quadro analítico capaz de compreender as mídias como instâncias centrais na produção de subjetividades. Atualmente, as plataformas digitais e os algoritmos podem ser analisados como dispositivos midiáticos que organizam aquilo que pode ser visto, regulam a circulação dos discursos e participam da governamentalidade das condutas.

As mídias configuram espaços estratégicos nos quais se articulam poder, saber e subjetivação. É nesse horizonte teórico que se inscreve a discussão a seguir, voltada à análise das reconfigurações contemporâneas dos dispositivos midiáticos, especialmente no contexto da platformização, da autointimidade e da governamentalidade algorítmica.

2.2 Dispositivos, autointimidade e governamentalidade algorítmica

A incorporação das perspectivas foucaultianas ao campo da Comunicação produz um deslocamento decisivo na forma de compreender os fenômenos midiáticos. Mais do que analisar conteúdos, mensagens ou representações, trata-se de investigar as condições históricas que tornam determinados discursos possíveis, bem como os modos pelos quais esses discursos produzem efeitos de sentido. Sua contribuição, portanto, não se limita a um repertório conceitual, mas configura uma inflexão epistemológica que desloca o olhar do conteúdo para as condições de emergência, circulação e legitimação dos enunciados.

Nesse horizonte, analisar os enunciados significa examinar os próprios modos de funcionamento das mídias, evidenciando como sentidos, verdades e subjetividades são produzidos, regulados e disputados socialmente. Tal perspectiva implica compreender que os fenômenos midiáticos não se organizam de forma linear ou cumulativa, mas a partir de discontinuidades, rupturas e reconfigurações, nas quais distintos regimes de saber e poder se articulam, coexistem e entram em tensão. Assim, a mídia deixa de ser pensada como simples reflexo da realidade ou etapa de um progresso técnico; passa a ser compreendida como efeito de condições históricas que delimitam regimes de visibilidade e de enunciação.

Uma consequência central desse deslocamento é o abandono da primazia do conteúdo em favor da análise das condições de existência dos enunciados. Não se trata apenas de perguntar o que a mídia diz, mas sob quais regras, em que instituições, por meio de quais materialidades, de quais redes e domínios associados, a partir de quais posições determinados discursos podem emergir, circular e adquirir força de verdade.

Como observa Ferraz (2005), esse deslocamento rompe com a ideia de sentido originário e evidencia que os discursos são historicamente produzidos no interior de relações de saber e poder.

Esse enquadramento permite também superar a concepção da mídia como espelho do real. Em perspectiva foucaultiana, o discurso não representa simplesmente o mundo, mas participa ativamente de sua construção simbólica e social.

Marcondes Filho (2007), ao compreender a comunicação como acontecimento, desloca o foco para a articulação entre enunciados e dimensões não discursivas, enfatizando sua dimensão relacional e experiencial. Por sua vez, Braga (2018) tensiona a

apropriação do conceito de dispositivo ao criticar sua redução a estruturas fixas ou a aparatos técnicos. Para o autor, essa leitura reificante obscurece o caráter processual, estratégico e contingente do dispositivo, transformando-o em uma categoria estabilizada e, por vezes, determinista. Ao propor a noção de “arranjos disposicionais”, Braga (2018) recoloca o foco nas práticas em curso, nas interações e nas dinâmicas de experimentação social.

Entendemos, contudo, que tais críticas não evidenciam um limite da abordagem foucaultiana, mas alertam para leituras simplificadoras. Em Foucault (2012), o dispositivo é sempre uma rede em movimento que articula elementos discursivos e não discursivos, instituições, técnicas, saberes e práticas, em resposta a determinadas urgências históricas.

Conforme argumentam Sousa e Carvalho (2018), o dispositivo midiático deve ser compreendido como uma rede heterogênea que articula discursos, tecnologias, instituições e práticas sociais, sempre atravessada por relações de poder. Essa concepção permite integrar, em um mesmo quadro analítico, tanto os elementos discursivos quanto aqueles tradicionalmente considerados exteriores ao discurso.

Se, em formulações anteriores, os dispositivos midiáticos ainda podiam ser pensados a partir de estruturas relativamente delimitáveis, o cenário atual, marcado pela mediatização (Hjavard, 2014), impõe considerar infraestruturas digitais, sistemas de dados e algoritmos como componentes centrais desses dispositivos⁶. Dito de outra maneira, os dispositivos passam a incluir infraestruturas digitais complexas, como as plataformas e sistemas de vigilância e arquiteturas algorítmicas. Tais dispositivos participam diretamente do governo das condutas e da própria intimidade.

A vigilância tecnológica, por exemplo, opera hoje de forma difusa e contínua, por meio da coleta massiva de dados, do rastreamento de comportamentos e da análise

⁶ No campo da segurança pública, observa-se a crescente incorporação de tecnologias de vigilância baseadas em inteligência artificial, como sistemas de reconhecimento facial, leitura automatizada de placas e análise de comportamentos em tempo real. No Brasil, startups vêm desenvolvendo redes extensas de monitoramento: a empresa Gabriel, por exemplo, opera cerca de 13 mil câmeras em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói, enquanto plataformas como a Monuv integram até 50 mil dispositivos com algoritmos capazes de identificar rostos, padrões de movimento e situações consideradas suspeitas. Tais sistemas, frequentemente articulados a bases de dados públicas e privados, ampliam a capacidade de rastreamento e intervenção sobre os corpos e os fluxos urbanos, evidenciando a expansão de formas difusas e automatizadas de vigilância (Capelas, 2025).

automatizada de informações. Sistemas de reconhecimento facial e bancos de dados biométricos, por exemplo, transformam o corpo em objeto permanente de monitoramento, enquanto plataformas digitais capturam, exploram e lucram⁷ com dados pessoais em larga escala (Crisóstomo, 2025), inserindo os sujeitos em circuitos de rastreamento.

Nesse cenário, a governamentalidade assume uma nova configuração. A partir de Rouvroy e Berns (2015), pode-se falar em “governamentalidade algorítmica”, caracterizada pela capacidade de coletar, processar e analisar grandes volumes de dados para antecipar e modular comportamentos. Ao estruturar o campo do visível e do possível, os algoritmos participam da produção de sujeitos, ao mesmo tempo em que se apresentam sob a aparência de neutralidade técnica. Trata-se de uma forma de governo que opera, muitas vezes, em nível pré-reflexivo, incidindo sobre perfis, probabilidades e padrões de comportamento antes mesmo de sua tematização consciente pelos sujeitos.

Essa dinâmica reconfigura também o conceito de arquivo. Em Foucault (2008), o arquivo corresponde ao sistema que define as condições de existência dos enunciados. Na era da inteligência artificial, contudo, ele se expande de forma massiva e automatizada, constituindo-se como um campo dinâmico de dados. Essa expansão, entretanto, não implica necessariamente maior diversidade discursiva. Ao operar por padrões estatísticos, os sistemas de IA tendem a reproduzir regularidades já estabilizadas, produzindo um campo orientado pela previsibilidade e pela repetição⁸. O arquivo digital passa, assim, a operar não apenas como repositório, mas como instância ativa de seleção, hierarquização e antecipação dos enunciados, reorganizando o que circula, o que ganha relevância e o que permanece à margem.

Nesse contexto, a concentração do poder em grandes plataformas digitais intensifica essas dinâmicas. Empresas que controlam dados, algoritmos e infraestruturas

⁷ Conforme destaca Crisóstomo (2025), as grandes plataformas digitais operam por meio de um modelo baseado na extração massiva de dados e na vigilância contínua dos usuários, convertendo informações comportamentais em ativos econômicos. Esse processo, frequentemente descrito como “colonialismo de dados”, evidencia a transformação da experiência cotidiana em matéria-prima para sistemas de monitoramento, classificação e predição, ampliando o controle sobre indivíduos e populações em escala global.

⁸ Dados recentes indicam a tendência à repetição no ambiente digital mediado por inteligência artificial: 48% dos brasileiros percebem conteúdos “cada vez mais parecidos” e 49% relatam receber frequentemente mensagens geradas por IA (Lira, 2025).

passam a exercer papel central na organização do visível e do dizível, configurando novas formas de poder privado sobre a circulação dos discursos⁹.

Esse cenário, contudo, não se configura como uma totalidade fechada ou incontestável. As dinâmicas digitais também engendram múltiplas formas de resistência que tensionam os modos de operação dos dispositivos contemporâneos. Elas manifestam-se tanto em práticas cotidianas de reapropriação, como usos desviantes das plataformas, estratégias de anonimização, migrações para redes descentralizadas e produção de contra-narrativas, quanto em ações mais organizadas, como o ativismo *hacker*, os movimentos por soberania digital, as iniciativas de transparência algorítmica e as disputas regulatórias em torno da proteção de dados.

Nesse sentido, coletivos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e até mesmo instituições públicas atuam na problematização das infraestruturas digitais, reivindicando maior *accountability* e justiça informacional. Essas táticas de resistências¹⁰ indicam que os dispositivos não operam de forma unívoca, mas constituem arenas dinâmicas de conflito, negociação e reinvenção, nas quais se entrecruzam estratégias de controle e possibilidades de reexistência.

É nesse cenário que se evidencia a atualidade do pensamento foucaultiano. Longe de oferecer um modelo fechado, seus conceitos funcionam como ferramentas analíticas abertas, capazes de serem rearticuladas diante das transformações contemporâneas. Como exemplo, temos a leitura de Tucherman (2005) que propõe uma inflexão importante: a passagem de um regime centrado apenas na vigilância para um regime marcado pela exposição da intimidade. A visibilidade deixaria de ser apenas mecanismo de controle e passaria a constituir-se como condição de reconhecimento.

⁹ O protagonismo das *big techs* evidencia a concentração de poder no ecossistema midiático: plataformas como Twitter (X), Facebook e YouTube operam como infraestruturas centrais na disputa por visibilidade e circulação de discursos. Esse poder se manifesta tanto no uso estratégico dessas plataformas em processos eleitorais quanto na disseminação massiva de desinformação (Crisóstomo, 2025).

¹⁰ No plano internacional, observa-se a emergência de iniciativas regulatórias voltadas à contenção do poder das plataformas digitais. Na União Europeia, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), em vigor desde 2018, estabeleceu parâmetros rigorosos para o tratamento de dados pessoais, influenciando legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e a Califórnia *Consumer Privacy Act*. Mais recentemente, o *Digital Markets Act* (DMA), vigente desde 2024, introduziu medidas para limitar o poder das grandes plataformas. Em escala global, o Global Digital Compact, acordado em 2024 no âmbito das Nações Unidas, sinaliza a construção de uma governança digital baseada em princípios de justiça, direitos e cooperação.

Essa inflexão exemplifica a produtividade dos conceitos foucaultianos quando mobilizados como instrumentos analíticos no campo da Comunicação.

Como exercício final, podemos, também, desdobrar essa “caixa de ferramentas”, e propor um refinamento do conceito de Tucherman (2005) em direção à noção de autointimidade. Entendemos que mais do que a simples exposição do íntimo, trata-se de sua produção como prática discursiva e técnica de si mediada por dispositivos digitais. A intimidade deixa de ser um espaço prévio para constituir-se no próprio ato de sua exposição. Essa forma de subjetivação opera menos pela coerção direta e mais pela internalização de normas de visibilidade. Os sujeitos se expõem porque a visibilidade se torna condição de existência social, articulando-se às dinâmicas de circulação e reconhecimento nas plataformas digitais. Dessa forma, produzem dados que alimentam sistemas de classificação e recomendação, os quais reorganizam a circulação dos enunciados e modulam as possibilidades de reconhecimento.

Ao ativar os conceitos foucaultianos nesse contexto, torna-se possível compreender que não se trata apenas de um fenômeno cultural, mas de uma reconfiguração das relações entre poder, saber e sujeito.

Ao expor a si mesmos, diariamente nas redes sociais digitais, os sujeitos produzem dados que alimentam sistemas de classificação e recomendação, que reorganizam a circulação dos conteúdos e modulam as possibilidades de reconhecimento.

Dessa forma, a articulação entre dispositivo, arquivo digital, autointimidade e governamentalidade algorítmica evidencia a potência operatória desses conceitos como ferramentas analíticas para a compreensão das mídias contemporâneas. Mais do que descrever fenômenos, eles permitem problematizar as condições que estruturam a visibilidade, organizam a circulação e modulam as condutas. Nesse horizonte, torna-se possível afirmar que, no contemporâneo, comunicar é também governar, dentro das tensões, disputas, jogos de poder, possibilidades de resistência que atravessam esses processos.

3 CONSIDERAÇÕES

Este artigo retomou contribuições centrais do pensamento de Michel Foucault para o campo da Comunicação, especialmente as noções de discurso, arquivo, dispositivo e governamentalidade, mobilizando-as como mapas analíticos para compreender as dinâmicas midiáticas contemporâneas. Em vez de uma síntese exaustiva, buscou-se evidenciar a potência desses conceitos para interrogar o presente, isto é, *como nos tornamos aquilo que somos*, marcado pela plataformização da vida social, pela centralidade dos algoritmos e pela reorganização do visível, do dizível e da circulação.

O diálogo com autores da área permitiu tensionar e ampliar essa perspectiva, como desdobramentos produtivos do legado de Foucault. Nesse movimento, reforçou-se a compreensão das mídias como práticas discursivas, que não apenas representam, mas participam ativamente da produção de objetos, identidades e regimes de verdade.

As formas contemporâneas de subjetivação tornam esse processo ainda mais evidente. Em ambientes digitais orientados pela visibilidade e pela performatividade, a exposição de si converte-se em condição de reconhecimento. A noção de autointimidade permite cartografar essa transformação, na qual a intimidade não preexiste à sua manifestação, mas se constitui no próprio ato de sua exteriorização, mediada por dispositivos técnicos e por lógicas algorítmicas que transformam a experiência em dados.

Paralelamente, o conceito de arquivo adquire nova atualidade. A expansão do *big data* e da inteligência artificial amplia o armazenamento, mas reconfigura as condições de emergência dos enunciados, por vezes, condenando os enunciados à repetição. O arquivo digital passa a operar como instância ativa de seleção, hierarquização e antecipação, reorganizando as condições de visibilidade e relevância dos enunciados.

Nesse cenário, a governamentalidade se atualiza nas formas algorítmicas de poder, que atuam menos por coerção direta e mais por indução, modulação e predição. As plataformas configuram e orientam comportamentos e emoções, como a intensificação da raiva em estratégias de *rage bait*, estreitando possibilidades de escolha, ao mesmo tempo em que naturalizam processos de vigilância distribuída e normalização. Trata-se de uma inflexão *biopolítica*, na qual a gestão da vida se realiza por meio de dados, previsões e intervenções contínuas sobre as condutas.

Ainda assim, esses dispositivos não constituem sistemas fechados. Práticas de desvio, reapropriação e contestação evidenciam que os discursos permanecem em disputa, abrindo brechas para outras formas de enunciação e existência.

Além de sua importância teórica, a ética foucaultiana também nos aponta um horizonte de brechas para uma “vida não fascista”, na recusa cotidiana às formas de sujeição que capturam o desejo, normalizam os comportamentos e limitam a diferença. Cem anos depois, seu pensamento ainda arde: ilumina não apenas o campo da comunicação, mas a própria vida, como um fogo crítico que insiste em *abrir passagens e fazer cair muros*.

REFERÊNCIAS

- CAPELAS, Bruno. Algoritmos, reconhecimento facial, carros blindados: como startups buscam soluções para a segurança. **Estadão**, 20 out. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- CRISÓSTOMO, Maryellen. Os donos do mundo: big techs e a influência nas políticas locais e globais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 69–83, jul./dez. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. [1969].
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. [2004].
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. [1982].
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. [1971].
- FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010. [2008].
- FOUCAULT, Michel. **Réponse à une question**. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I: 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001. p. 701-723. [1968].
- FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. In: FOUCAULT, Michel. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. [1981].
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- LIRA, Camila de. Não é só o slop. Uso de IA está deixando tudo mais parecido. **Fast Company Brasil**, 13 dez. 2025. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/ia/nao-e-so-o-slop-uso-de-ia-esta-deixando-tudo-mais-parecido/>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- MURPHY, Andrea; SCHIFRIN, Michael. The Global 2000. **Forbes**, 2025. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=719fdf965ac0>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Michel Foucault e a comunicação como acontecimento. **Rumores**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2007.51092>

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36–56, 2015.

SOUSA, Marco Túlio de; CARVALHO, Carlos Alberto de. O dispositivo midiático: da conceituação foucaultiana à aplicação nos estudos comunicacionais. **Anagramas: Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, Medellín, v. 16, n. 32, p. 1–20, 2018.

TERRA. **Vício em exhibir vida perfeita em rede social traz prejuízo mental**. Terra, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/vicio-em-exibir-vida-perfeita-em-rede-social-traz-prejuizo-mental>. Acesso em: 18 mar. 2026.

Original recebido em: 20 de março de 2026

Aceito para publicação em: 22 de abril de 2026

Adriano Charles Silva Cruz

Graduado em Audiovisual pela Universidade Metodista de São Paulo e em Comunicação pela UFRN. Mestre em Comunicação (UFPE) e doutor em Letras (UFPB), com intercâmbios na *Université Paris Nanterre* (França), na *Universidad Distrital* (Colômbia) e na Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorados na USP, na UFPE e na *Escuela Superior de Diseño, Arte y Comunicación* (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia. Integra o *Grupo de Estudios Críticos del Discurso de Medios Tradicionales y Sociales* (Udelar/Uruguai) e a *Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional